

BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

Nº 04 – Agosto / 2017



Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Cláudio André Gondim Nogueira – Diretor de Estudos de Gestão Pública

Autores:

Paulo Araújo Pontes (IPECE)

Adriana Oliveira Nogueira (CGE)

Cláudio André Gondim Nogueira (IPECE)

Catarina da Silva Araújo (IPECE)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geosocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores

Ética e Transparência; Autonomia Técnica; Rigor Científico; Competência e Comprometimento Profissional; Cooperação Interinstitucional e Compromisso com a Sociedade.

Visão

Ser uma instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Apresentação

O Boletim de Finanças Públicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta, de forma sucinta, o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados.

É ainda um instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é mensal, o que permite um acompanhamento contínuo e pormenorizado das finanças públicas estaduais.

Para essa análise foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês considerado.

O Boletim será normalmente dividido em cinco blocos, sendo o primeiro destinado a um sumário executivo, o segundo às notas metodológicas, o terceiro à análise das receitas, o quarto às despesas e o quinto a uma breve descrição do cenário nacional, que é um importante condicionante da economia estadual. Além dessas divisões, de acordo com a disponibilidade dos dados, a cada dois meses será adicionado um bloco com o resultado primário e, a cada quatro meses, será inserido outro bloco referente à dívida pública estadual.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO, 3

NOTAS METODOLÓGICAS, 5

RECEITAS CORRENTES, 6

DESPESAS CORRENTES E DE INVESTIMENTOS,
11

CENÁRIO MACROECONÔMICO E PERSPECTIVAS,
19

Sumário Executivo

Conforme os dados mais recentes disponíveis indicam, o crescimento da Receita Corrente Líquida dos últimos doze meses deve-se a receitas não recorrentes nos meses de novembro e dezembro de 2016. Também contribuiu para esse crescimento a arrecadação de ICMS em junho e julho de 2017, que foi impulsionada pelo Refis promovido naqueles meses. Se a comparação restringir-se aos sete primeiros meses de 2017 constata-se que a RCL, de 2017, está 2,9% acima da observada em 2016.

Por outro lado constatou-se que, no acumulado de 2017, as despesas correntes do Governo do Estado cresceram 1,76%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Apesar desse crescimento ser inferior ao observado na RCL deve-se lembrar que as receitas foram impactadas por diversos fatores não recorrentes. Dessa forma, reforça-se o alerta, que foi mencionado nos últimos três boletins, da necessidade de um contínuo monitoramento da situação fiscal do Estado, especialmente no que se refere ao controle da despesa corrente.

Quanto as receitas correntes do Estado três fatos chamam atenção. O primeiro refere-se ao significativo impacto do lançamento do Refis em junho e julho de 2017, permitindo que contribuintes pudessem pagar valores em atraso de impostos com o ICMS e o IPVA. O segundo fato é o comportamento dos repasses do FPE, que tem sido sistematicamente superiores aos de 2016. Por fim, o terceiro fato, foi o significativo incremento da arrecadação com IPVA, entretanto não se espera que esse tributo contribua de forma significativa para a arrecadação estadual nos próximos meses, dado que a última parcela foi paga em junho de 2017.

Continuam merecendo destaque as despesas com inativos estarem crescendo mais rápido do que a de ativos, sendo isso um possível indício de que está havendo um incremento na quantidade pedidos de aposentadoria entre os servidores do Estado. Como o gasto com inativos é considerado no cálculo dos limites da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) é possível intuir que o Estado passará a contar com um número cada vez menor de pessoal ativo para atender as necessidades da população.

Tabela 1: Resumo dos indicadores fiscais, valores acumulados nos últimos doze meses (R\$1.000,00 de jul./2017)

Discriminação	ago./2015 a jul./2016	ago./2016 a jul./2017	Δ%
Receita Corrente Líquida	17.036.300	18.635.459	9,39
ICMS	9.194.925	9.280.673	0,93
FPE	4.826.781	5.442.354	12,75
IPVA	656.185	725.290	10,53
Despesa Correntes	18.314.518	18.626.164	1,70
DTP	7.301.310	7.598.497	4,07
Despesa com pessoal ativo	6.111.889	6.067.693	-0,72
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	1.963.006	2.045.254	4,19
Despesas com Terceirizações	1.390.369	1.498.480	7,78
Juros e Amortizações	1.365.528	1.246.690	-8,70
Investimentos	2.472.726	2.060.422	-16,67

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Tabela 2: Resumo dos indicadores fiscais, valores acumulados no ano (R\$1.000,00 de jul/2017)

Discriminação	Acumulado no Ano		Δ%
	Até jul./2016	Até jul./2017	
Receita Corrente Líquida	10.048.649	10.268.689	2,19
ICMS	5.213.926	5.337.920	2,38
FPE	2.904.195	3.031.107	4,37
IPVA	601.367	671.644	11,69
Despesa Correntes	10.308.957	10.490.592	1,76
DTP	4.104.771	4.280.576	4,28
Despesa com pessoal ativo	3.435.528	3.452.994	0,51
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	1.132.836	1.199.265	5,86
Despesas com Terceirizações	734.291	738.746	0,61
Juros e Amortizações	807.014	717.837	-11,05
Investimentos	1.128.545	990.625	-12,22

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

No que se refere ao cenário macroeconômico nacional, é possível considerar que os especialistas de mercado, de maneira geral, têm demonstrado mais otimismo nas últimas semanas em relação à performance da economia brasileira em 2017. Mais especificamente, há expectativas de crescimento positivo do PIB e da produção industrial, de redução das taxas de inflação e de juros básica, e de certa estabilidade da taxa de câmbio. Por outro lado, o endividamento público crescente constitui-se cada vez mais um fator que dificulta o controle das finanças públicas, notadamente ao nível do Governo Federal.

Nesse contexto, o Ceará pode se beneficiar dos fatores que conferem estabilidade ao cenário econômico atual, tanto que já vem esboçando uma recuperação mais intensa que a média brasileira. Com a recuperação da atividade econômica, abre-se a perspectiva de um aumento de suas receitas, caso a sua economia demonstre sinais mais claros de recuperação durante o segundo semestre de 2017. Ademais, melhores resultados na área fiscal poderão se concretizar se forem mantidos os esforços para o equilíbrio das contas públicas, especialmente no que se refere ao controle das despesas.

Notas Metodológicas

Nesse Boletim de Finanças Públicas pretende-se apresentar de forma sucinta o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados. Pretende-se ainda que ele sirva de instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é mensal, o que poderá permitir um acompanhamento pormenorizado das finanças públicas estaduais.

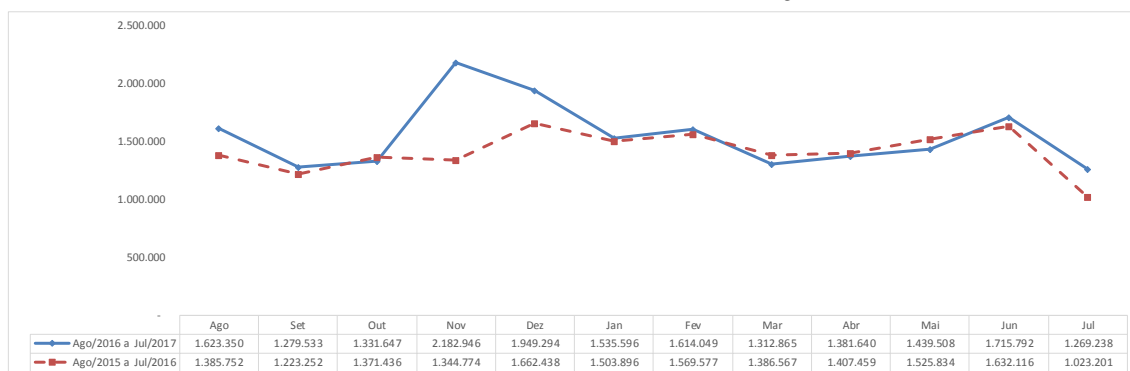
Para as análises foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR, da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês da série. Para o cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) e da Despesa Total com Pessoal (DTP) foi utilizado o método empregado nos relatórios fiscais da SEFAZ. Relativamente a DTP não foi considerado o gasto com pessoal via Consórcio de Saúde Pública, cujas informações não constam no sistema da S2GPR, sendo, portanto, a DTP apresentada uma aproximação daquela informada nos Relatórios de Execução Orçamentária (RREO).

Deve-se ainda observar que todos os valores apresentados nesse relatório foram atualizados a preços do último mês do período, assim deve-se alertar que eles diferem daqueles constantes nos relatórios apresentados pela SEFAZ, como os da RCL e os limites com despesa de pessoal, pois esses últimos apresentam valores correntes.

Receitas Correntes

O comportamento da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado do Ceará, no período de agosto de 2016 a julho de 2017, é apresentado na Figura 1, destacando-se também a sua trajetória no período imediatamente anterior, ou seja, no interregno iniciado em agosto de 2015 e finalizado em julho de 2016.

Figura 1: Receita Corrente Líquida dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de jul./2017)



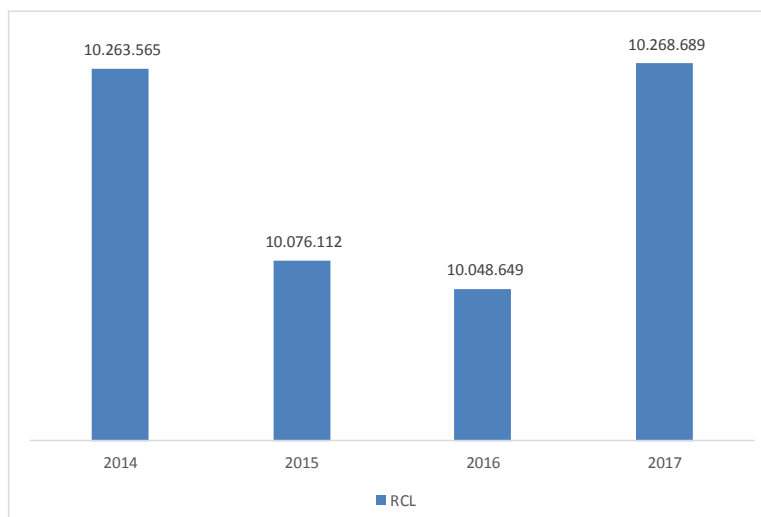
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Do período em análise pode-se constatar que a RCL, dos últimos doze meses, foi de R\$ 18,6 bilhões e, para os doze meses anteriores, foi de R\$ 17,0 bilhões, isto é, houve um incremento real de 9,4% da RCL entre os dois períodos. Na Figura 1 constatam-se dois fatos interessantes, sendo o primeiro o significativo incremento do indicador nos meses de novembro e dezembro de 2016, quando comparado ao ano anterior, e de que nos último dois meses da série a Receita Corrente Líquida está em um nível superior ao observado um ano antes.

O primeiro fato acima elencado é decorrente das receitas extraordinárias com a arrecadação do ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação, de Quaisquer bens ou direitos), em novembro de 2016, e o incremento do FPE (Fundo de Participação dos Estados) no final de 2016. Quanto ao segundo fato, observa-se que em junho e julho, após três meses seguidos, houve um incremento, relativamente a idêntico mês do ano anterior, da RCL, sendo isso, como será visto em seguida, uma consequência do incremento das receitas de ICMS e IPVA.

Já na Figura 2 é apresentado o valor acumulado das receitas correntes até julho, sendo possível constatar que o ano de 2017 têm apresentado um volume de receitas acima do verificado em 2016, isto é, a RCL acumulada de 2017 está 2,2% maior que a registrada em 2016. Se a comparação for com o ano de 2014 contata-se que a RCL, de 2017, está em nível similar à daquele ano.

Figura 2: Receita Corrente Líquida acumulada até julho (R\$ 1.000,00 de jul./2017)

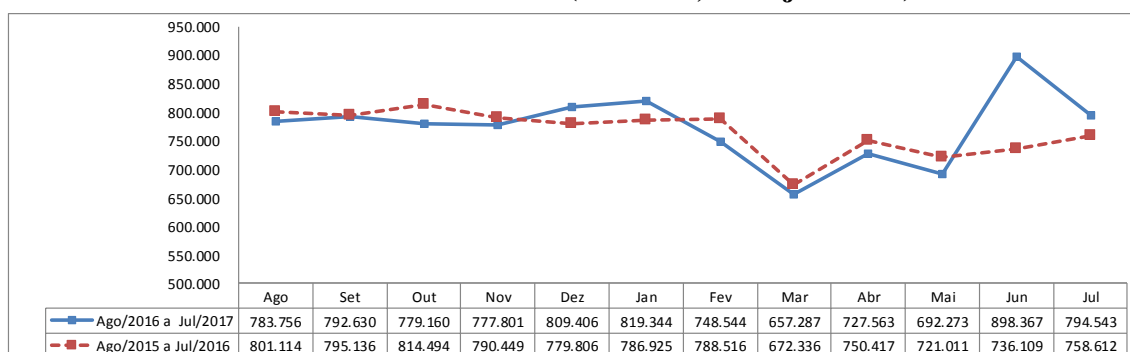


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: Para o cálculo da RCL foram consideradas as receitas e as deduções acumuladas até o mês de julho de cada ano.

A principal fonte de receita corrente do estado do Ceará é a arrecadação de ICMS que, como se pode verificar na Figura 3, em apenas quatro meses, no período de agosto de 2016 a julho de 2017, apresentou receitas superiores àquelas observadas no período anterior. Entretanto, houve um crescimento real de 0,9% quando se compara os dois períodos. Esse resultado foi consequência do significativo incremento da arrecadação desse imposto em junho e julho de 2017, frente a idêntico período do ano anterior. A principal explicação desse fato é o lançamento de um novo programa de refinanciamento (REFIS) de dívidas tributárias entre os meses de junho e julho de 2017. Quanto a tendência do comportamento dessa receita deve-se observar que o impacto do REFIS inviabiliza análises sobre seu comportamento.

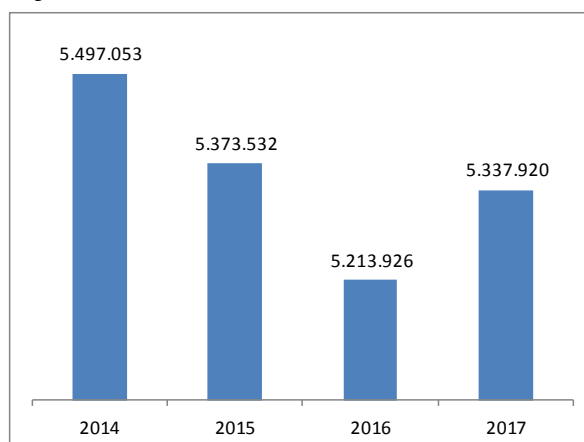
Figura 3: Arrecadação de ICMS dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de jul./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

À arrecadação acumulada até julho, cujos dados são apresentados na Figura 4, constata-se que a arrecadação de ICMS em 2017 está R\$ 123 milhões acima da verificada em 2016. Esse resultado foi influenciado pelo crescimento de R\$ 162 milhões da arrecadação, no mês de junho de 2017, e de R\$ 36 milhões, em Julho de 2017, comparativamente ao verificado doze meses antes, que, como mencionado anteriormente, foi uma decorrência do REFIS. Entretanto, verifica-se, ainda na Figura 4, que a arrecadação de ICMS em 2017 está em níveis inferiores ao observado em 2015.

Figura 4: Arrecadação de ICMS acumulada até maio (R\$1.000,00 de jul./2017)

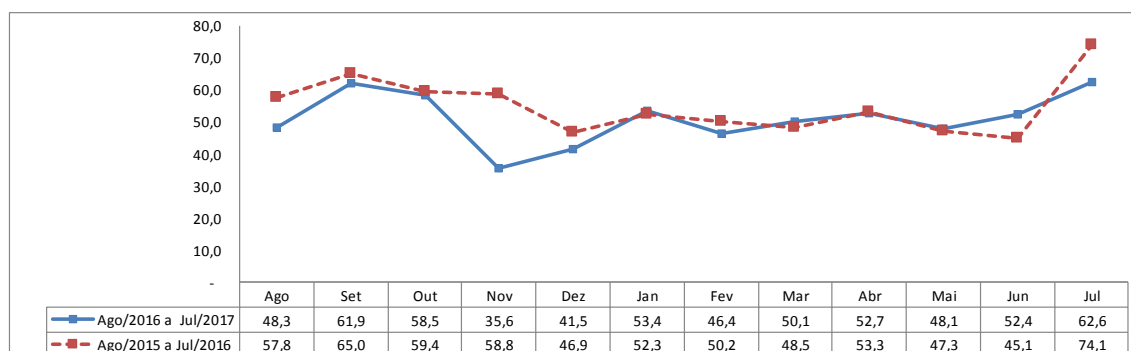


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Ademais, analisando-se a arrecadação de ICMS, mês a mês, em relação à RCL do período, pode-se verificar por meio do indicador de Independência Fiscal o grau de autonomia da principal receita própria do Estado para o financiamento de suas despesas. Esse indicador é construído de tal forma que, quanto mais próximo de 100%, melhor.

Na figura 5 é apresentada a evolução do indicador de Independência Fiscal nos últimos doze meses, de ago./2016 a jul./2017 e, também de ago./2015 a jul./2016. Comparando os resultados obtidos verifica-se que não se apresentam variações significativas nos dois períodos analisados, demonstrando até junho certa constância em torno de 50%. Em julho/2017 alcançou o patamar de 62,6%, sendo considerado um incremento significativo se comparado com os meses anteriores. Porém, pode-se observar o crescimento desse indicador nos últimos três meses. Em mai./2017 e jun./2017 foram superiores ao ano anterior e apenas em jul./2017 foi inferior ao mesmo mês referente ao ano anterior, que foi de 74,1%.

Figura 5: Independência Fiscal dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (%)

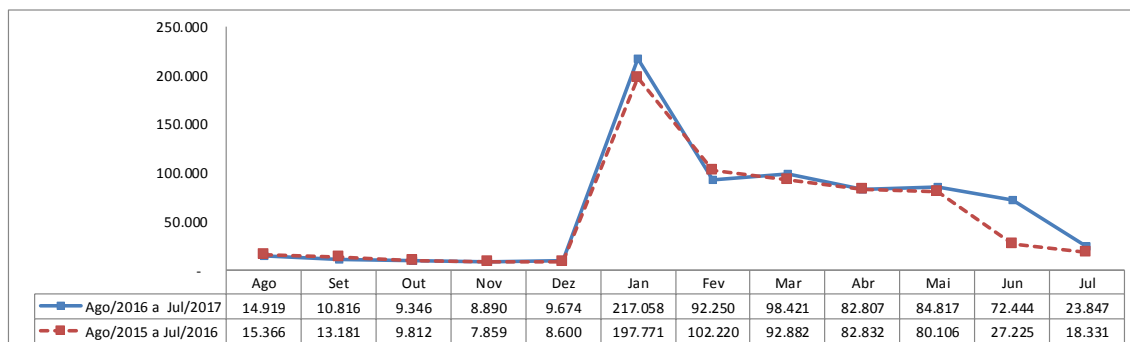


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Quanto à arrecadação de IPVA pode-se observar, na Figura 6, que ela, nos últimos doze meses, cresceu, em termos reais, 10,5% quando se compara ao período anterior, ou seja, a arrecadação teve um incremento de R\$ 69 milhões (a preços de jul./2017) entre os dois períodos. É interessante observar que as arrecadações de janeiro, março, maio e junho de 2017 contribuíram significativamente para esse desempenho. O aumento da arrecadação do IPVA em junho de 2017 pode ser explicado tanto pelo fato de, nesse

ano, ter-se possibilitado o pagamento desse imposto em cinco parcelas (fevereiro a junho) como a possibilidade dos devedores desse imposto poderem negociar seus débitos com o REFIS, mencionado anteriormente.

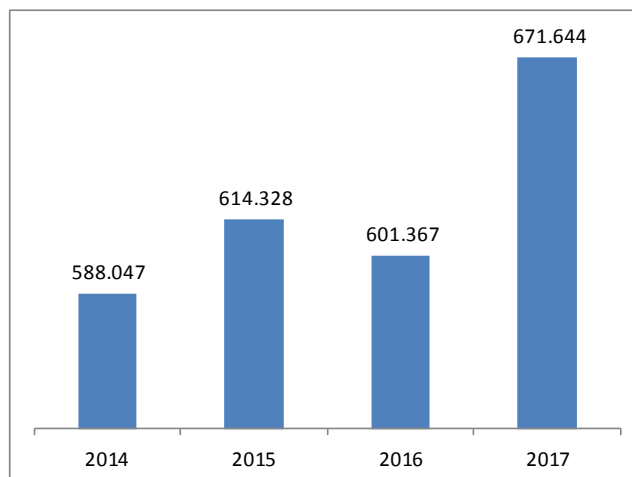
Figura 6: Arrecadação de IPVA dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de jul./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Comparando-se o desempenho dos sete primeiros meses do ano, conforme a Figura 7 observa-se que a arrecadação de IPVA cresceu, em termos reais, 11,7% em 2017, vis-à-vis com idêntico período de 2016. Uma explicação para o incremento da arrecadação de IPVA foi a mudança de suas alíquotas, no ano de 2015, que passaram a valer no ano de 2017¹ e o programa de parcelamento de débitos fiscais (REFIS), em 2017.

Figura 7: Arrecadação de IPVA acumulada até julho (R\$ 1.000,00 de jul./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

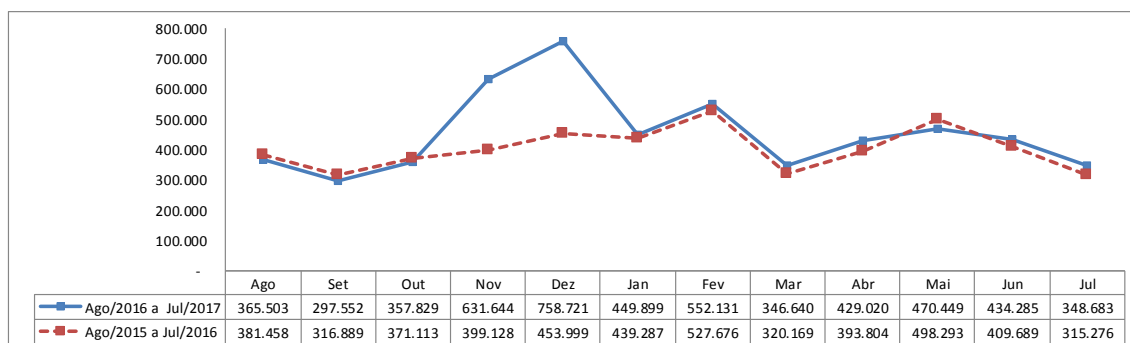
Um fato digno de nota, relativamente ao IPVA, é que a arrecadação até julho de 2017 já supera toda a arrecadação de 2016, que foi de R\$ 655 milhões, com esse imposto.

A segunda maior fonte de receita corrente do estado do Ceará são os recursos transferidos pela União do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que é constituído por uma fração da arrecadação de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Como se pode observar na Figura 8, os valores transferidos entre novembro de 2016 e abril de 2017 são superiores àqueles observados em idênticos meses do período anterior. Assim, as transferências acumuladas nos últimos doze meses

¹ <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/novas-aliquotas-do-ipva-sao-para-2017-diz-sefaz-1.1435641>

superam àquelas do período imediatamente anterior em 12,75%, ou seja, as transferências tiveram um incremento superior a R\$ 615 milhões. Esse aumento é devido, principalmente, aos recursos arrecadados com a repatriação de recursos ocorridas no final de 2016, que objetivava promover a regularização de ativos mantidos no exterior por brasileiros.

Figura 8: Receitas transferidas do FPE dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de jul./2017)

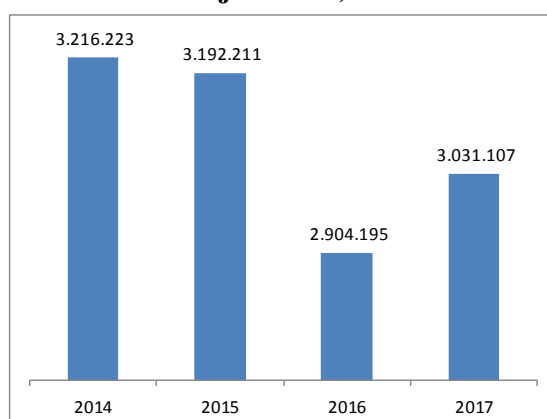


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Um fato preocupante, relacionado ao FPE, foi a queda da arrecadação federal em maio de 2017, que se fez sentir nos repasses da União para o Ceará nesse mês. Como é possível verificar na Figura 8, os repasses de maio de 2017 foram inferiores aos de maio de 2016 em R\$ 27,7 milhões, representando uma queda real de 5,6%. Entretanto as arrecadações de junho e julho reverteram essa queda. Uma última ressalva, quanto ao FPE, é o fato da arrecadação federal estar oscilando significativamente, o que pode resultar em novas quedas nos próximos meses.

Relativamente às transferências acumuladas nos cinco primeiros meses do ano constata-se, via inspeção da Figura 9, que há um sensível incremento da arrecadação de 2017, quando se compara com 2016, de 4,37%. Entretanto, deve-se frisar que as transferências de 2017 ainda estão 5,80% inferiores àquelas observadas em 2014.

Figura 9: Receitas transferidas pelo FPE acumuladas até maio (R\$ 1.000,00 de jul./2017)

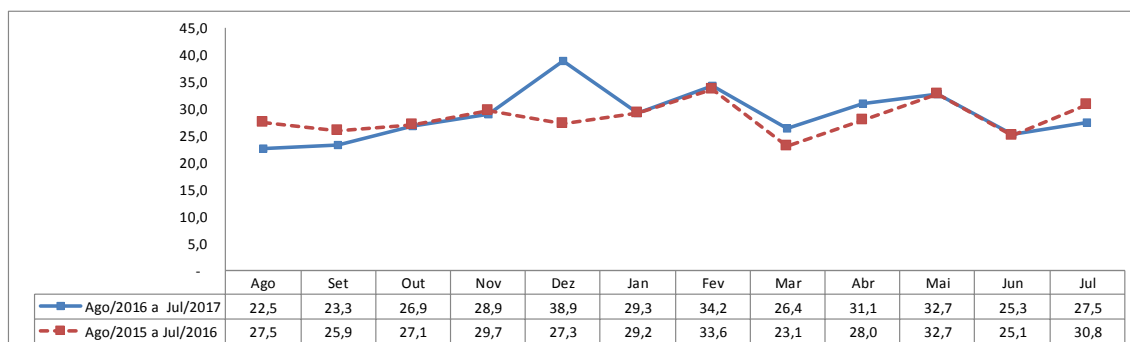


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Adicionalmente, comparando o volume de recursos transferidos através do FPE, mês a mês, em relação à RCL do período, pode-se apurar através do indicador de Dependência Fiscal para financiamento das despesas.

No caso, na Figura 10 é apresentada a evolução do indicador de Dependência Fiscal nos últimos doze meses, de agosto de 2016 a Julho de 2017, assim como no período de agosto de 2015 a Julho de 2016. Comparando seus resultados verifica-se uma constância em torno de 30%. Contudo, pode-se destacar os meses de agosto e setembro 2016 que apresentaram indicador mais próximo de 20%. E ainda, em julho de 2017 (27,5%) o indicador apresentou um percentual menor quando comparamos ao mesmo período do ano anterior.

Figura 10: Dependência Fiscal dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

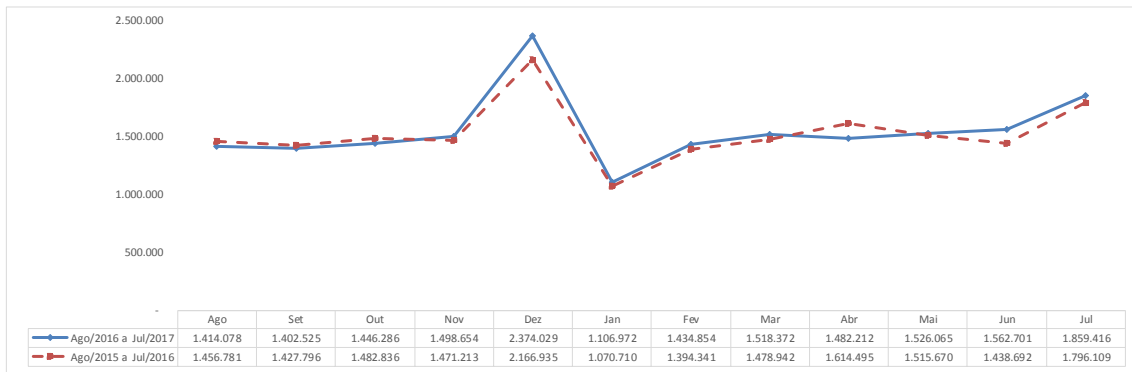
Dado o exposto anteriormente, podem ser obtidas duas conclusões sobre o comportamento das receitas correntes do Estado. A primeira é que o desempenho da arrecadação do IPVA e dos repasses do FPE foram cruciais para mitigar os efeitos da queda da arrecadação do ICMS até o mês de maio de 2017. Entretanto, a partir de julho, não se espera mais grandes contribuições do IPVA para a arrecadação estadual. A segunda conclusão, é que as receitas de ICMS em junho e julho de 2017 foram impulsionadas pelo lançamento do REFIS em junho, sendo necessário acompanhar o desempenho dessa fonte de arrecadação nos próximos meses.

Despesas Correntes e de Investimentos

Esta parte do Boletim de Finanças Públicas destina-se à análise das despesas do estado do Ceará, sendo, na Figura 11, apresentado o comportamento das despesas correntes dos últimos doze meses, de agosto de 2016 a julho de 2017, comparativamente aos doze meses anteriores, de agosto de 2015 a julho de 2016. Como se pode observar na referida figura, as despesas correntes nos últimos doze meses estão acima àquelas observadas nos doze meses anteriores (a preços de julho/2017). De fato as despesas correntes dos últimos doze meses registraram um incremento real de 1,7% quando comparado ao período anterior.

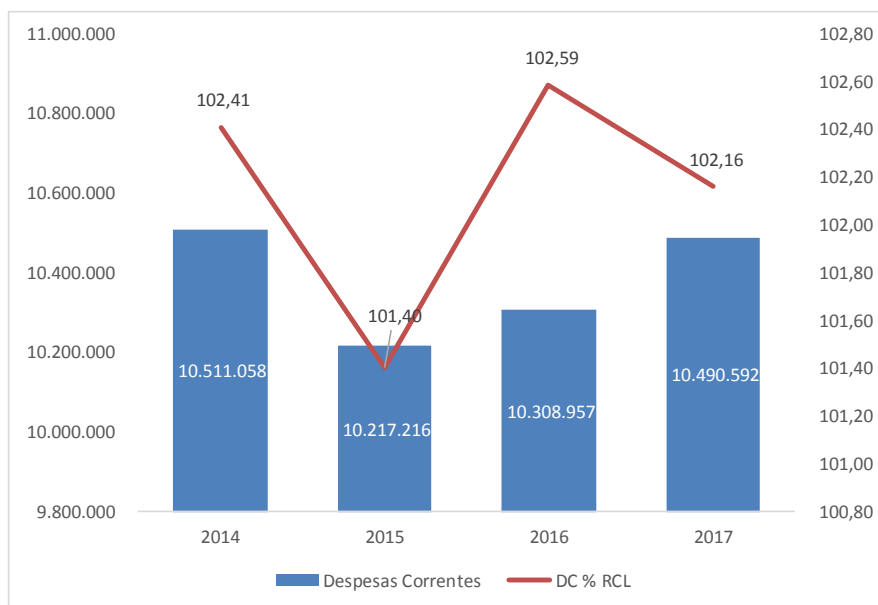
Ao observar-se o acumulado nos sete primeiros meses do ano, cujos dados são apresentados na Figura 12, constata-se que as despesas correntes, em 2017, estão 1,8% superiores às de 2016, mas elas ainda estão 0,2% inferiores às de 2014. Constata-se, ainda, que a despesa corrente do Poder Executivo do Estado corresponde a aproximadamente 102,1% da RCL acumulada até julho de 2017.

Figura 11: Despesa Corrente dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de jul./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Figura 12: Despesa Corrente acumulada até julho (R\$ 1.000,00 de jul./2017)

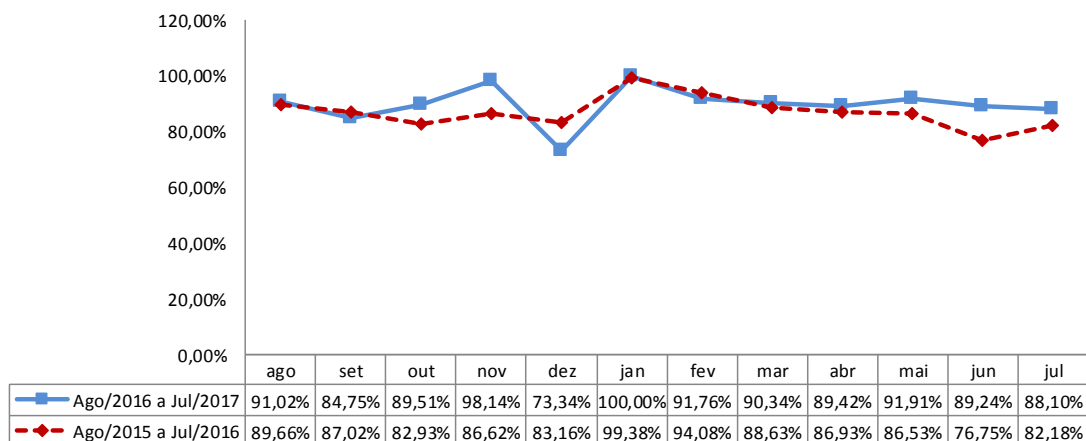


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Analisa-se, também, as despesas pelo enfoque do indicador de Rigidez das Despesas como objetivo identificar a flexibilidade das despesas de custeio em relação à despesa total. Consideram-se como Despesas de Custeio os gastos com pessoal, o serviço da dívida (juros, encargos financeiros e amortizações) e outras despesas correntes. Quanto mais esse indicador se aproximar de 100%, mais preocupante será, pois, demonstra uma menor flexibilidade fiscal, que é necessária em momentos de crise como o atual.

Na Figura 13 é apresentada a evolução do indicador de Rigidez das Despesas nos últimos doze meses, de ago./2016 a jul./2017 e ainda para o período de ago./2015 a jul./2016. Comparando os resultados, verifica-se que em muitos meses esse indicador situou-se acima de 90%, principalmente no início de 2017. Porém, pode-se destacar que em julho/2017 (88,10%), apesar do adiantamento do 13º salário do servidor público esse indicador ficou inferior ao apresentado em junho/2017 (89,24%).

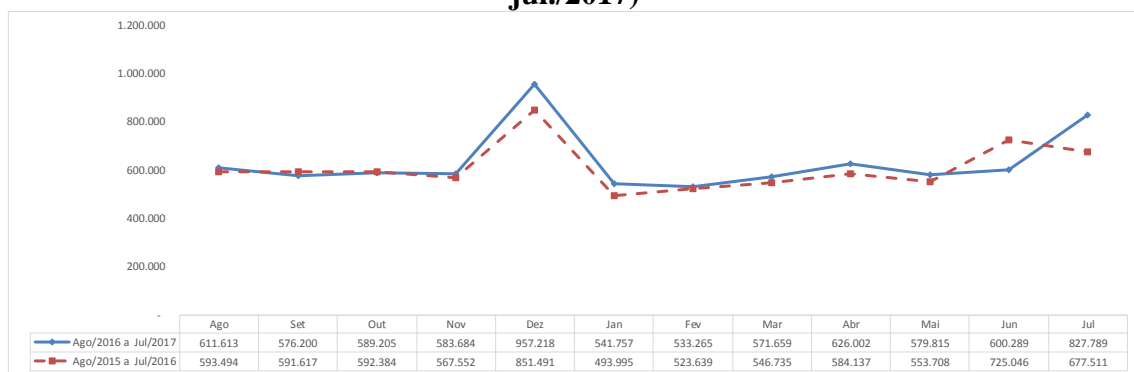
Figura 13: Rigidez das Despesas dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (%)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

A principal despesa corrente do estado do Ceará é o gasto com pessoal, cujas informações são apresentadas na Figura 14. No caso, essas despesas totalizaram, nos últimos doze meses, R\$ 7,59 bilhões, valor 4,1% superior ao observado nos doze meses anteriores. Nesse sentido, vale ressaltar que no período de novembro de 2016 a julho de 2017 a despesa com pessoal tem se descolado, de forma mais significativa da despesa observada nos doze meses anteriores.

Figura 14: Despesa Total com Pessoal dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de jul./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

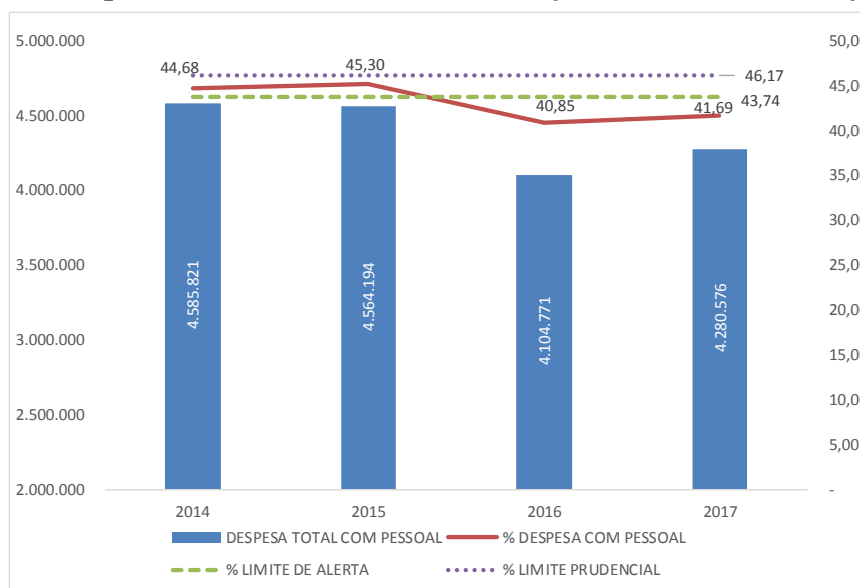
Relativamente aos limites da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos últimos doze meses, a Despesa Total com Pessoal (DTP) representou 40,77% da RCL, valor bem inferior ao limite de alerta (43,74% da RCL). No período imediatamente anterior o indicador representava 42,86% da RCL. Deve-se considerar que as receitas não recorrentes, no final de 2016, contribuíram para essa significativa redução da razão entre a DTP e a RCL².

Quanto às despesas com pessoal acumuladas até julho, observa-se, na Figura 15, que em 2017 elas estão 4,3% superiores, em termos reais, às verificadas em 2016. Entretanto,

² Deve-se lembrar, mais uma vez, que esses valores diferem daqueles reportados no RREO divulgado pela SEFAZ devido os valores utilizados nesse boletim estarem a preços constantes.

elas ainda estão 6,6% abaixo daquelas verificadas em 2014. Considerando-se o nível de comprometimento da despesa com pessoal, relativamente a RCL, constata-se que elas estão relativamente abaixo do nível de alerta da LRF.

Figura 15: Despesa com Pessoal acumulada até julho (R\$ 1.000,00 de jul./2017)

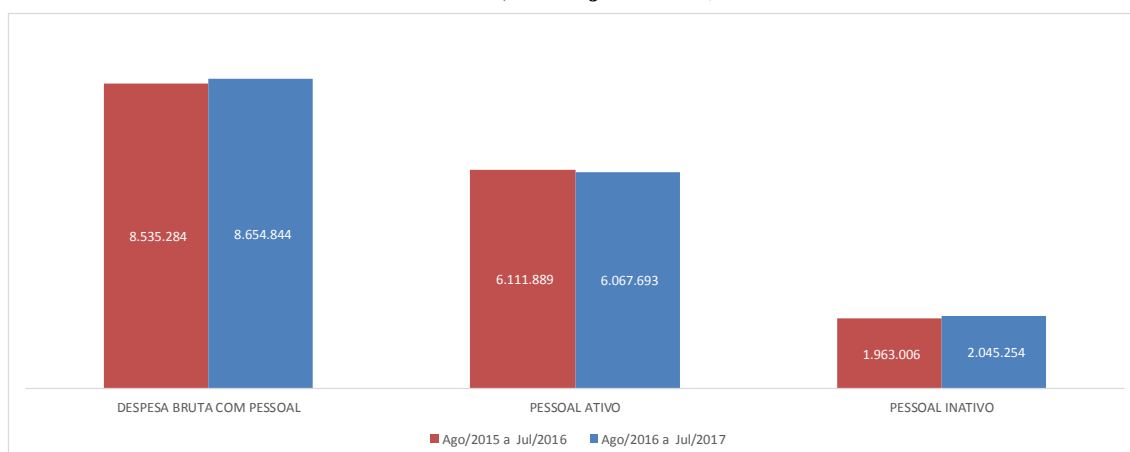


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

Quanto à despesa com pessoal, deve-se observar que seus dois principais componentes são a despesa com pessoal ativo e inativo que, conforme pode-se verificar na Figura 16, apresentam comportamentos distintos. Nesse sentido, observa-se que enquanto a despesa com pessoal ativo caiu 0,7%, as despesas com pessoal inativo cresceram 4,2%, quando se comparam os últimos doze meses com o período imediatamente anterior.

Figura 16: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de jul./2017)

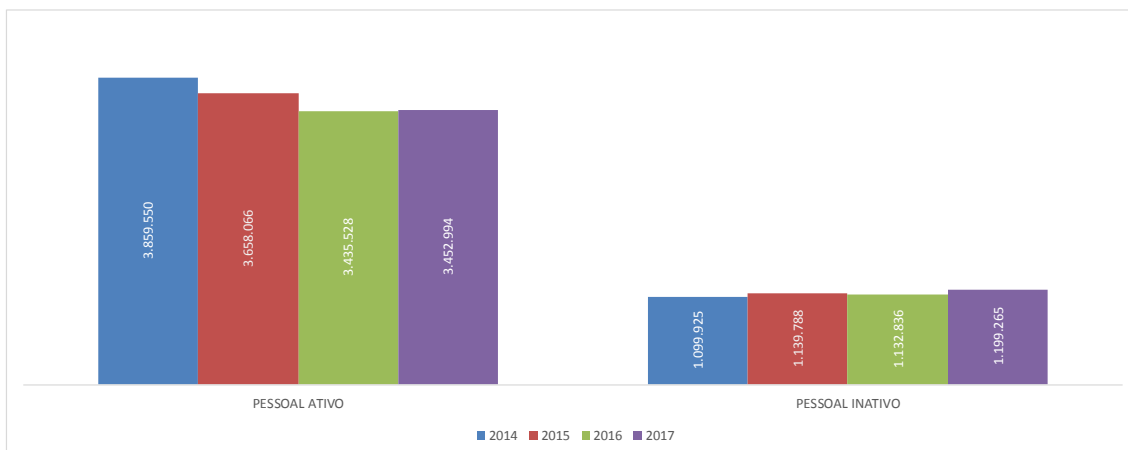


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Essa tendência de queda do gasto com pessoal ativo pode ser observada também quando se comparam os gastos até julho dos últimos quatro anos, ou seja, a despesa com ativos caiu 10,5%, entre 2014 e 2017, enquanto a despesa com pessoal inativo, apesar de um ligeiro decréscimo em 2016, aumentou em 9,0% (ver a Figura 17). Dado o maior

crescimento do gasto com pessoal inativo torna-se necessário um constante monitoramento da evolução dessa despesa visando adotar medidas que garantam a sustentabilidade da previdência estadual.

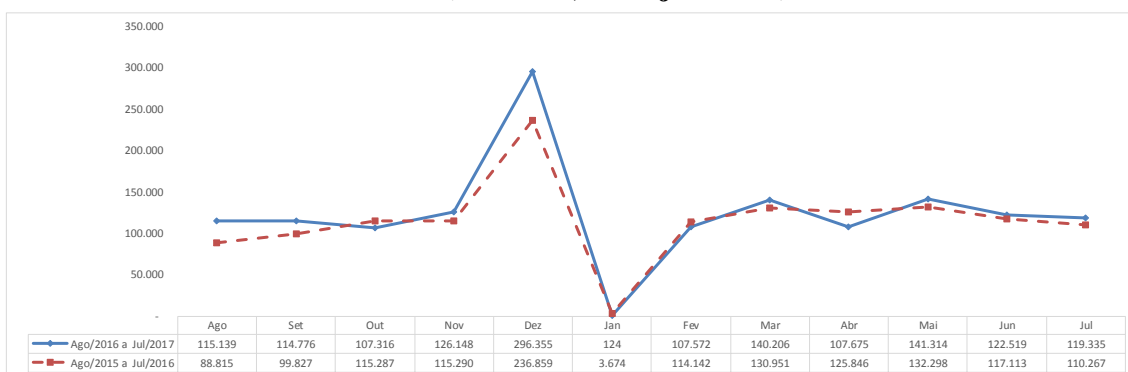
Figura 17: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo acumulada até maio (R\$ 1.000,00 de jul./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Outra importante despesa corrente do Governo do estado do Ceará refere-se à locação de mão de obra que, nos últimos doze meses, de acordo com a Figura 18, alcançou a cifra de R\$ 1,49 bilhão, valor este 7,8% superior ao verificado nos doze meses anteriores. Destaque-se que esse valor equivale a 8,0% da RCL do período, nos doze meses anteriores esse comprometimento foi de 8,2%.

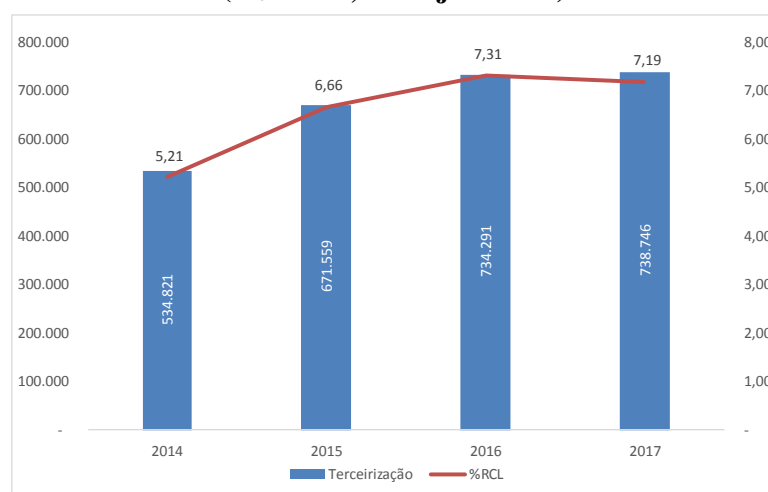
Figura 18: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de jul./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Quando o período de comparação são os sete primeiros meses de cada ano, conforme os dados apresentados na Figura 19, constata-se que as despesas com locação de mão-de-obra cresceram 38,1% entre os anos de 2014 e 2017, tendo, em 2014, representado 5,2% da RCL e, em 2017, 7,2% da RCL.

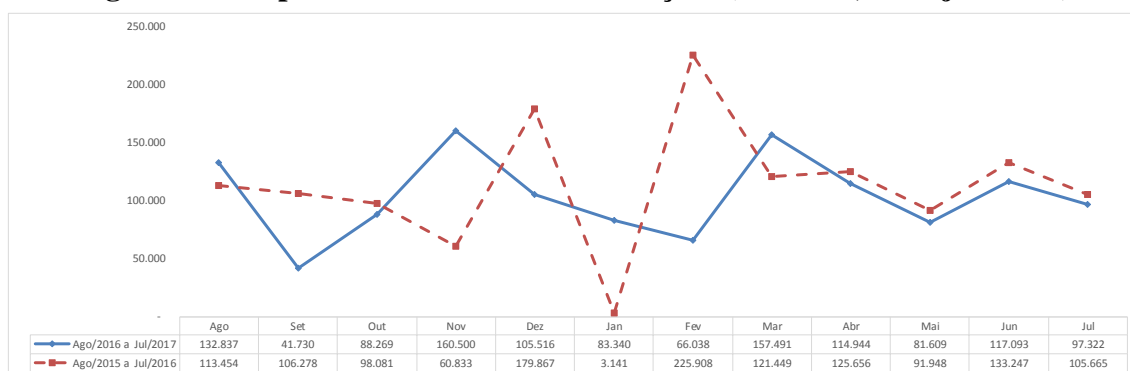
Figura 19: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços acumulada até julho (R\$ 1.000,00 de jul./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O Governo do Estado do Ceará, nos últimos doze meses, pagou a título de juros e amortizações de sua dívida um total de R\$ 1,25 bilhão (a preços de julho de 2017), o que representou 6,7% da RCL do período. Esse montante foi 8,7% inferior ao observado nos doze meses anteriores, quando foi pago R\$ 1,36 bilhão, comprometendo 8,02% da RCL. O limite com essa despesa foi estabelecido pela Resolução 43/2001 do Senado Federal, e não pode exceder 11,5% da RCL.

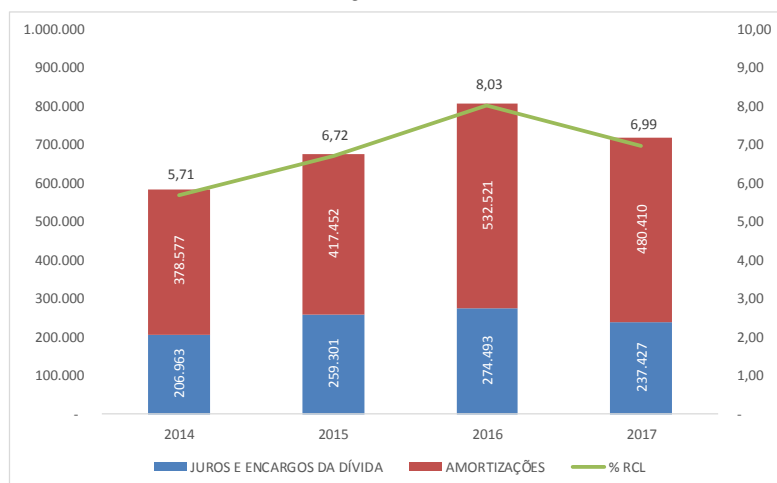
Figura 20: Despesas com Juros e Amortizações (R\$ 1.000,00 de jul./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

No acumulado de janeiro a julho, constata-se, como pode ser visto na Figura 21, que a despesa com pagamento de Juros e Amortizações apresentou um padrão de crescimento entre os anos 2014 e 2016, havendo um declínio nos pagamentos dessas rubricas em 2017. Essas despesas representaram 5,71%, em 2014, e 6,99%, em 2017, da RCL acumulada no período. A redução no pagamento de juros e amortizações em 2017 pode estar relacionada à variação cambial do período, dado que parte da dívida pública estadual foi contratada com entidades estrangeiras.

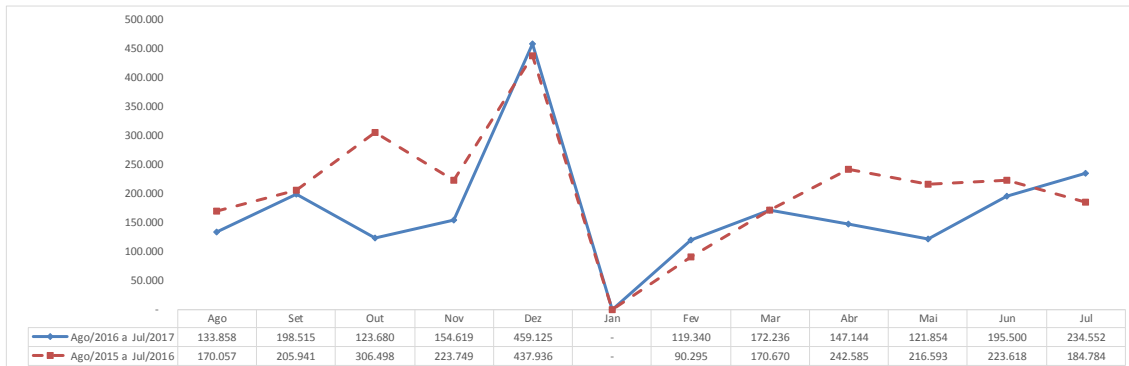
Figura 21: Despesa com Juros e Amortizações acumuladas até julho (R\$ 1.000,00 de jul./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O comportamento, nos últimos doze meses, do último gasto analisado nesse Boletim, a despesa de investimento, que é uma despesa de capital, é apresentada na Figura 22. Como é possível apurar na referida figura, os investimentos dos últimos doze meses foram sistematicamente inferiores aos dos doze meses anteriores, representando uma redução de R\$ 412 milhões, ou 16,7% a menos, em termos reais, do que fora investido no período imediatamente anterior.

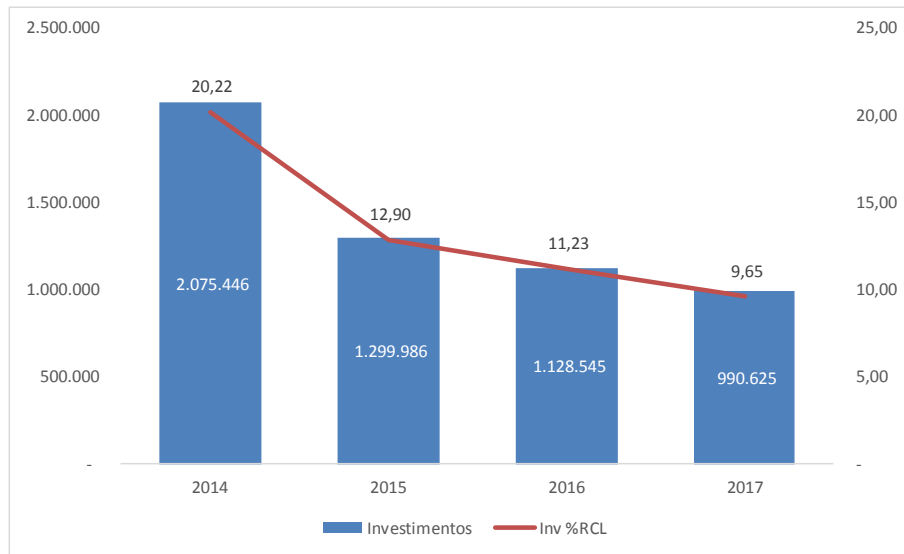
Figura 22: Investimentos dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de jul./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Se a análise se detiver nos sete primeiros meses de cada ano, conforme a Figura 23, observa-se que os investimentos do estado do Ceará acumulados em 2017 estão em um nível inferior ao dos anos anteriores. Constata-se, ainda, que as despesas com investimentos, até julho de 2017, representaram 9,6% da RCL acumulada no ano. Esse nível é significativamente inferior ao verificado em 2014 (20,22 % da RCL).

Figura 23: Investimentos acumulados até julho (R\$ 1.000,00 de jul./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Cenário Macroeconômico e Perspectivas

A análise do cenário macroeconômico atual consiste basicamente no acompanhamento das medianas das expectativas de mercado apresentadas semanalmente no Boletim FOCUS do Banco Central do Brasil para o ano corrente. No caso, são consideradas seis variáveis que potencialmente podem trazer mais repercussões sobre as finanças estaduais, quais sejam: (i) PIB (% do crescimento); (ii) Produção Industrial (% do crescimento); (iii) IPCA (%); (iv) Meta Taxa Selic - fim do período (% a.a.); (v) Taxa de Câmbio - fim do período (R\$/US\$); e (vi) Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB). Adicionalmente, outros indicadores podem ser incluídos para dar suporte à argumentação desenvolvida, principalmente aqueles apresentados no Farol da Economia Cearense, divulgado pelo IPECE³. Os dados referentes ao acompanhamento semanal das referidas variáveis são apresentados na Figura 24.

Considerando primeiramente o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, as previsões medianas dos analistas de mercado iniciaram o ano com expectativas de uma evolução de 0,50% para o indicador. Até meados do mês de abril, as previsões apresentaram um ligeiro viés de baixa, e depois passaram crescer, voltando ao patamar inicial no início de julho. Com o aumento da instabilidade em decorrência da crise política, as previsões passaram a ser menos otimistas, mantendo-se durante um período de sete semanas com o valor de 0,34% (até 18/08/2017). Entretanto, nas últimas quatro semanas, as expectativas voltaram a melhorar de forma que as previsões de crescimento do PIB voltaram a crescer, atingindo 0,60% na última edição do Boletim Focus (15/09/2017). Vale ressaltar que essa expectativa é maior que as projeções mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI)⁴, que estimam um crescimento de 0,3% para a economia brasileira em 2017.

Essa expectativa de crescimento da economia tem sido parcialmente corroborada por outros indicadores, como é o caso do Índice de Atividade Econômica do Banco Central. No caso, foram verificadas taxas de variação positivas na comparação dos seis primeiros meses de 2017 com os seis últimos meses de 2016, tanto para o Brasil (+1,10%) como para o Ceará (+0,38%). Por outro lado, na comparação do acumulado do ano de 2017 com o acumulado do ano de 2016 (até junho), as taxas de variação ainda são negativas (sobretudo no caso do Ceará, com uma redução de 1,60%)⁵.

Assim, com a melhoria das expectativas de crescimento, espera-se que a economia do País e a local possam reagir mais significativamente durante o segundo semestre do ano. Entretanto, ainda existem entraves importantes para uma recuperação mais intensa como, por exemplo, a queda dos investimentos⁶. Esse fator *vis-à-vis* a expectativa de crescimento do PIB sugere que a recuperação se dê, pelo menos em parte, pelo aumento do consumo, o que não é sustentável no longo prazo.

Essa relativa confiança do mercado em se obter melhores resultados na economia também vinha se verificando no que se refere especificamente à produção industrial,

³ Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/index.php/farol-da-economia-cearense>

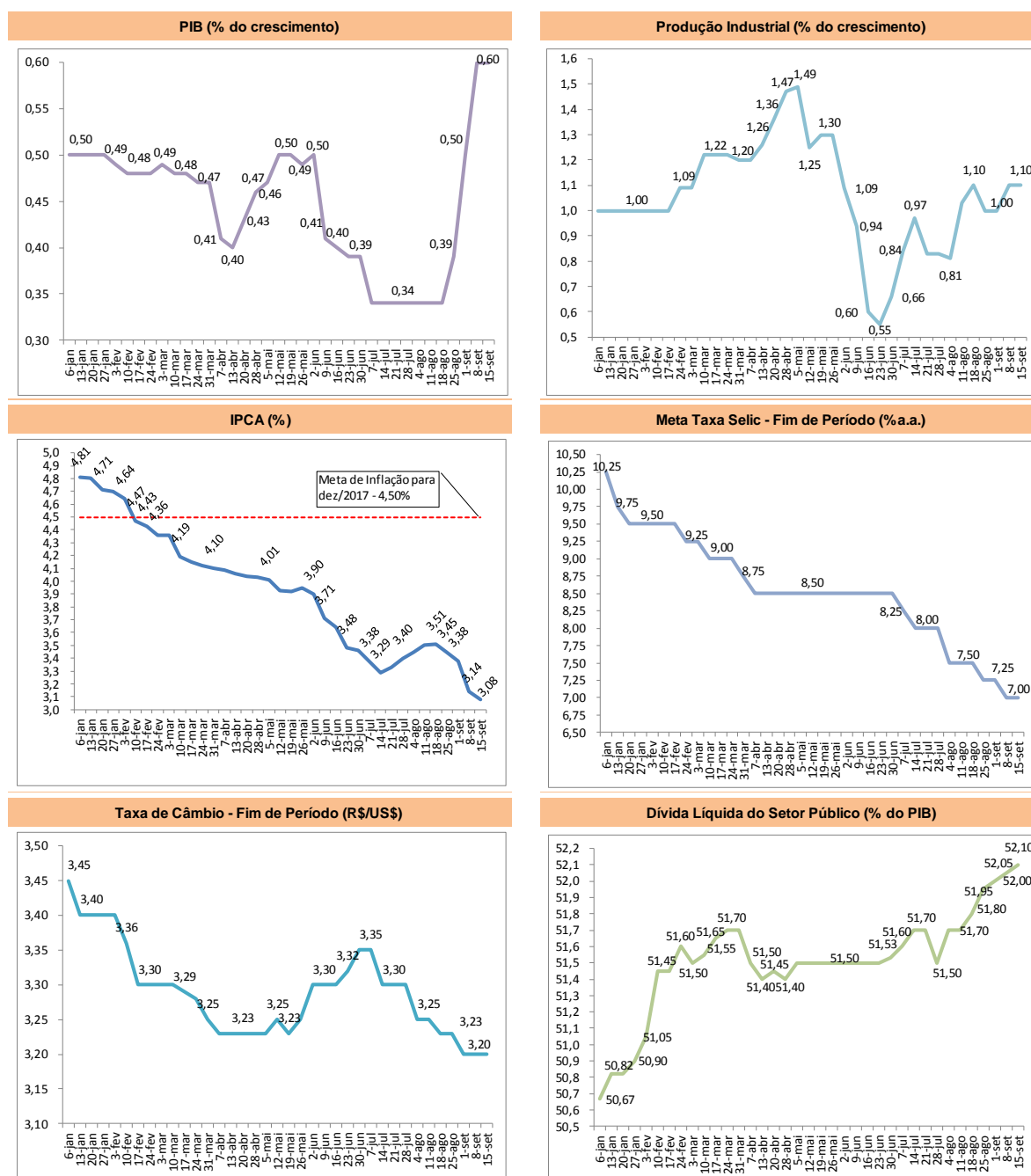
⁴ Conforme o *World Economic Outlook*, de Jul. 2017, do FMI (ver o Farol da Economia Cearense N° 03/2017, p. 1).

⁵ Conforme dados do Banco Central do Brasil (ver o Farol da Economia Cearense N° 04/2017, p. 4-5).

⁶ Para se ter uma ideia disto, o Índice Mensal de Formação Bruta de Capital Fixo do IPEA registrou na comparação do acumulado do ano de 2017 com o acumulado do ano de 2016 (até julho) uma variação de -4,60% (ver o Farol da Economia Cearense N° 04/2017, p. 7).

cujas medianas das previsões para 2017 demonstraram um crescente otimismo até meados de maio. Entretanto, diante de maiores níveis de incerteza, essas expectativas foram revisadas para baixo até meados de junho. Contudo, as últimas previsões, apesar de algumas oscilações, têm sinalizado para resultados razoavelmente significativos, com um crescimento estimado em 1,10% para este ano (de acordo com o Boletim Focus de 15/09/2017).

Figura 24: Acompanhamento do cenário macroeconômico com base nas expectativas de indicadores selecionados do Boletim FOCUS para 2017



Fonte: Boletim FOCUS-BACEN. Elaboração: IPECE.
Obs.: Atualizado até o boletim de 15/09/2017.

Desta forma, de acordo com o exposto até o momento, tem-se que se houver a interrupção do ciclo de quedas da atividade econômica e da produção industrial,

especialmente no segundo semestre deste ano, então, será possível esperar que as finanças públicas estaduais apresentem resultados mais satisfatórios. No caso, se a indústria e a economia brasileira e do Ceará continuarem com essa perspectiva de crescimento, poderá haver um paulatino aumento da arrecadação do ICMS, bem como das transferências dos recursos provenientes do FPE em decorrência da maior arrecadação de impostos federais (como, por exemplo, o IPI) no Estado.

Considerando agora as expectativas dos especialistas de mercado no que se refere à taxa de inflação, medida pelo IPCA, verifica-se que o ano iniciou com uma previsão de 4,81% para o indicador. Até meados de julho, as expectativas foram consistentemente reduzidas para baixo. Apesar de algumas oscilações, as edições mais recentes do Boletim Focus continuam a apontar para uma queda ainda maior das taxas de inflação, com uma previsão de 3,08% ao final de 2017 conforme o Boletim Focus mais recente.

Atualmente, a inflação acumulada nos últimos 12 meses está em 2,90%⁷, considerando o período de set./2016 a ago./2017. Então, conforme as previsões mencionadas acima, não se espera que ela apresente um crescimento muito significativo nos próximos meses, apesar das expectativas de aumento da atividade econômica no segundo semestre. Isto é um fator positivo, pois, ao ser mantida a inflação baixa e menor que a meta de 4,5%, tornam-se possíveis novas reduções na taxa básica de juros da economia.

De fato, na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) a meta da taxa SELIC sofreu nova redução, atingindo o patamar de 8,25% a.a. Com isso, os especialistas de mercado renovaram mais uma vez as suas previsões para 2017, esperando uma taxa de 7,00% ao final do ano (conforme o Boletim Focus de 15/09).

Assim, as previsões de inflação abaixo da meta e de taxas de juros menores são elementos que conferem, por um lado, certa estabilidade ao cenário econômico atual, já que por outro lado há fatores de incerteza relevantes e que não podem ser desconsiderados (e.g., descontrole das finanças públicas do Governo Federal e de vários estados e municípios, endividamento das famílias, as reformas trabalhista e da previdência, dentre outros).

É importante enfatizar que esses fatores de estabilidade podem ajudar na recuperação da economia e, em específico, de setores que dependem do crédito e das expectativas dos agentes, como a construção civil e o comércio de bens duráveis. Desta forma, se esse quadro se concretizar, também é possível esperar potenciais elevações na arrecadação e nas transferências via FPE ao longo do ano. Ademais, deve-se ressaltar que a redução da taxa de juros também pode ter um impacto significativo sobre o pagamento de juros, cuja redução pode auxiliar o Governo do Estado no controle de suas contas.

Os especialistas de mercado, segundo as previsões mais recentes, também vêm acreditando que a taxa de câmbio deve terminar o ano em um patamar inferior ao que foi previsto inicialmente, estabilizando-se em torno de R\$ 3,20 por US\$ 1,00. Se essa expectativa se confirmar, tem-se mais um fator positivo e que confere estabilidade ao cenário atual, pois, facilita o controle da inflação e tem o potencial de reduzir os pagamentos de juros e amortizações da dívida pública contratada em Dólar o que, por sua vez, afeta positivamente o fluxo de caixa e controle das contas do Brasil e do estado do Ceará.

⁷ Conforme dados do IBGE (ver o Farol da Economia Cearense Nº 04/2017, p. 10).

Finalmente, no que se refere à dívida líquida do setor público, as previsões sinalizam para uma elevação da mesma, atingindo um patamar em torno de 52,10% do PIB em 2017, conforme as expectativas registradas na última semana. Em 2016, este percentual foi de 46,2%, o que indica que os especialistas ainda esperam um crescimento significativo do endividamento do setor público, apesar da expectativa de queda da taxa de juros básica da economia e da taxa de câmbio. Vale salientar que, desde o início do ano, as previsões vêm sendo revisadas para cima, apesar de algumas oscilações. Mais especificamente, no Relatório Focus de 06/01, a previsão para o indicador era de 50,67%, o que já indicava um significativo aumento em relação ao ano anterior. Então, a previsão atual é quase 1,50 p.p. do PIB maior que a inicial, denotando a dificuldade crescente que os governos, em geral, estão tendo em controlar o endividamento, principalmente devido à frustração de receitas e ao aumento dos gastos públicos.

Esse é um indicador importante, pois, se o endividamento crescer muito rapidamente ele pode afetar negativamente o controle das contas públicas e, em algum momento, impedir reduções mais significativas da taxa de juros básicas se o mercado acreditar que o setor público, e em particular, o Governo Federal não for capaz de honrar adequadamente os seus compromissos com juros e amortizações.

Portanto, em síntese, tem-se que a análise das previsões dos principais indicadores macroeconômicos permite concluir que os especialistas de mercado, de maneira geral, estão mais otimistas em relação à performance da economia brasileira em 2017, apesar dos fatores que conferem incerteza ao cenário. Se a economia apresentar sinais mais claros de recuperação nos próximos meses, abre-se, então, a perspectiva de melhorias nas finanças públicas federais e, principalmente, nas do Ceará, pois, já se encontram em melhor situação relativa que as do País.